

# Ajuste fica para o próximo governo

Nelson Oliveira

O Ministério da Fazenda e o Banco Central jogaram a toalha. Consideram o endividamento estadual e o saneamento dos bancos públicos (estaduais e federais) tarefa para o próximo governo.

Ontem, o Conselho Monetário Nacional (CMN) autorizou a Caixa Econômica Federal e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) a considerarem como bons créditos podres. Assim, evitam lançá-los como prejuízo, e fazer as devidas provisões.

A medida, acompanhada da confirmação de socorro financeiro ao Banespa e ao Banerj indica que o futuro governo terá que fazer um esforço enorme para impedir que esses desajustes interfiram na sobrevivência do Plano Real, por meio da expansão da moeda.

"O ajuste estrutural vai ter que envolver necessariamente as próximas administrações federais e estaduais", disse ontem o presidente do Banco Central, Pedro Malan, logo depois da reunião do CMN. "Não há nada que possamos fazer no curto prazo", deixou bem claro.

**Tempo** — Segundo o diretor de Política Monetária do BC, Alkimar Moura, não há como resolver, agora, deficiências criadas ao longo de décadas. "Estamos tentando comprar tempo" — reconheceu o diretor.

Malan negou que a ajuda a bancos estaduais e federais possa comprometer o plano. "O real não vai fazer água porque é mais forte do que tudo isto", garantiu.

Segundo o presidente do Ban-



Malan disse que o ajuste das finanças públicas tem sido considerável

co Central, a ajuda do BC ao Banespa soma R\$ 1,3 bilhão, em títulos federais que foram cedidos, há sete dias, ao banco paulista para que este possa rolar a um custo suportável os títulos do Estado de São Paulo que estão em sua carteira.

A ajuda ao Banerj, do mesmo tipo, soma R\$ 340 milhões. Ambas serão estendidas até o dia 14 de outubro, por meio de acordo a ser firmado amanhã.

"Não estamos injetando recursos nem expandindo a moeda", disse Malan. "E apenas uma venda de títulos, que obriga os estados a não se endividar além do valor que está desenrolando".

**Herança** - Malan disse ontem que o ajuste das finanças públi-

cas, especialmente de banco, tem sido considerável. No caso da Caixa e do BNB, o CMN considerou que a herança do passado era muito forte e que os bancos mereciam um tratamento diferenciado.

Malan não quis informar o valor do rombo que a Caixa apresentaria no seu balanço de 30 de junho, caso tivesse que assumir os prejuízos.

Enquanto a Caixa é credora de instituições que já deviam ao Banco Nacional da Habitação (BNH), encampado pela CEF, o BNB é credor de US\$ 100,1 milhões que lhe deve a construtora Mendes Júnior.

CORRÍO BRAZILIENSE